

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 982 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1999

Manutenção da alíquota de 27,5% do IR é aprovada na CAE

Taxação, que deve vigorar até o ano de 2003, incide sobre rendas mensais superiores a R\$ 1.800,00 e ganhos anuais acima de R\$ 21.600,00. Projeto de lei do Executivo será votado agora pelo plenário do Senado



O senador Ney Suassuna presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou a proposta do Executivo

Projeto de lei que prorroga até o ano 2003 a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para pessoas físicas que recebem mensalmente acima de R\$ 1.800,00 foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômi-

cos. A mesma alíquota é aplicável aos ganhos anuais superiores a R\$ 21.600,00. A matéria, já aprovada na Câmara, será votada pelo plenário do Senado. O relator do projeto foi o senador Luiz Estevão, que rejeitou emenda.

Restituição poderá ter prazo máximo de 60 dias

A restituição do Imposto de Renda retido na fonte ou pago, antecipadamente, em valor superior ao devido deverá ser feita em até 60 dias após a entrega da declaração, conforme projeto de autoria do senador Pedro Simon aprovado ontem pelo plenário do Senado.

PÁGINA 3

Telefones públicos usarão adaptador para atender deficientes

PÁGINA 8

Senado aprovou 20 matérias nesta semana

PÁGINA 9



No plenário do Senado, vários parlamentares debateram a proposta de criação da Agência Brasileira de Inteligência

Agência de inteligência terá controle externo

PÁGINA 4



Além de ouvir o relatório de Souto (E), a CPI, presidida por Carlos Wilson, tomou o depoimento do desembargador Ernani Vieira de Souza (D)

SOUTO VÊ INDÍCIOS DE DILAPIDAÇÃO DE HERANÇA PELA JUSTIÇA NO DF

PÁGINAS 6 E 7

Comissão da Pobreza aprecia relatório final na terça-feira

O relator, deputado Roberto Brant, propôs a criação de um fundo composto por parcelas de tributos já existentes e por contribuições voluntárias, dedutíveis do Imposto de Renda

O período previsto para a Ordem do Dia de terça-feira será destinado aos trabalhos da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza que, a partir das 14 horas, examinará o relatório final do deputado Roberto Brant. Instalada atendendo a requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), a comissão vai deliberar sobre a criação de um fundo destinado a proporcionar a todos os brasileiros meios dignos de subsistência.

Proposto originalmente por Antonio Carlos Magalhães, o fundo preconizado por Roberto Brant será constituído por parcelas de diversos tributos e contribuições já existentes na legislação brasileira, assim como por contribuições de voluntários, dedutíveis no Imposto de Renda. A previsão preliminar é de que esse fundo somará R\$ 8 bilhões, administrados pela sociedade e destinados exclusivamente a ações de combate à pobreza.



A comissão debaterá mecanismo que poderá garantir R\$ 8 bilhões para o combate à miséria

será levada em conta a média aritmética de 80% dos maiores salários de contribuição pagos a partir de 1º de julho de 1994.

O fator previdenciário introduz, no cálculo do benefício, a idade do trabalhador e sua expectativa de vida ao se aposentar, o que poderá servir para elevar o valor da aposentadoria dos segurados que adiarem sua passagem para a inatividade.

O substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que regula a edição de medidas provisórias também poderá ser votado na quarta-feira, em primeiro turno.

Na quinta-feira, às 10 horas, o plenário do Senado irá ouvir o ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Greca, que deverá falar sobre indícios de irregularidades no credenciamento de bingos. A Comissão de Assuntos Sociais está investigando a existência de um esquema relacionado com a autorização para a abertura de salões de bingo eletrônico no país. Dezoito senadores já estão inscritos para interpelar Greca no plenário.

PREVIDÊNCIA

Na quarta-feira, o plenário vai deliberar sobre projeto de iniciativa do presidente da República que cria o fator previdenciário para o cálculo de aposentadorias de contribuintes individuais da Previdência Social. A iniciativa propicia o aumento do número de salários de contribuição para o cálculo dos salários do benefício. Assim, ao contrário da média dos últimos 36 salários de contribuição, como ocorre hoje,

Subcomissão do Cinema promove audiência pública

A Subcomissão do Cinema realiza hoje audiência pública, a partir das 9h, sob o tema "Povo do Cinema". Foram convidados como palestrantes o produtor Luiz Carlos Barreto, o distribuidor cinematográfico José Carlos Avellar, e o maior proprietário de cinemas no Brasil, Luiz Severiano Ribeiro Neto. Esta será a quarta audiência da subcomissão, que é presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Já estiveram no Senado diretores, produtores e empresários ligados ao setor. A subcomissão tem caráter provisório e foi criada no âmbito da Comissão de Educação.

Everardo debate Orçamento de 2000 e Plano Plurianual com parlamentares

A Comissão Mista de Orçamento recebe na terça-feira, a partir das 10 horas, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que prestará esclarecimentos sobre o Orçamento da União para o ano 2000 e o Plano Plurianual de Investimento para o triênio 2000/2003. Na quinta-feira, a comissão reúne-se para apreciar relatórios sobre projetos de lei que abrem créditos suplementares e especiais em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, no valor total de R\$ 21,3 bilhões, e a execução orçamentária do subprojeto referente à BR 080/GO, no valor de R\$ 600 mil.

A Comissão de Relações Exterio-

res e Defesa Nacional (CRE) dá prosseguimento ao seminário "Amazônia - Patrimônio Ameaçado?" na terça-feira, a partir das 17h30. Os convidados para a terceira reunião são os ministros da Defesa, Elcio Alvares, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Elcio Alvares falará sobre os riscos de internacionalização da Amazônia, a estrutura de que dispõe o governo para defender a região, o projeto Sivam e o programa Calha Norte. Lampreia falará sobre as providências do Itamaraty para prevenir e contestar matérias internacionais questionando a autoridade do Brasil so-

bre a Amazônia e a questão da autonomia do Brasil sobre a Amazônia no âmbito da política externa.

A Subcomissão de Rádio e TV também reúne-se na quarta-feira, a partir das 17h30, quando realizará audiência pública com o tema "Radiodifusão Comunitária". Foram convidados para a audiência os presidentes da Anatel, Renato Navarro Guerreiro, da rádio Ar Livre/RJ, Emmanoel Emir Alcântara Magalhães, da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias/DF, José Luiz do Nascimento Sotter, e o juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, Paulo Fernando Silveira.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

9h - Subcomissão do Cinema Brasileiro
4ª Audiência Pública "Povo do Cinema"
Convidados: Luiz Carlos Barreto - RJ (produção), José Carlos Avellar - RJ (distribuição) e Luiz Severiano Ribeiro Neto - RJ (exibição). *Ála Senador Alexandre Costa - Sala 15*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-Feira (16.11.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Quarta-Feira (17.11.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; quinto e último dia de discussão (votação nominal), em primeiro turno, da *PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; *PLS nº 136/99, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; *PLC nº 50/95, que introduz alterações na Lei nº 7.998/90, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico; *PLC nº 82/95, que dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.; *PLC nº 60/96, que altera o art. 883 da Lei nº 5.869/73, que institui o Código de Processo Civil; *PDL nº 33/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mulher Ltda., para explorar serviço na cidade de Araraquara (SP); *PDL nº 37/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para explorar serviço na cidade de Teresina (PI); *PDL nº 45/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço na cidade de Campo Grande (MS); *PDL nº 58/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço na cidade de Rio Negrinho (SC); *PDL nº 101/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII para explorar serviço na cidade de Mafra (SC); *PDL nº 104/98, aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., para executar serviço na cidade de Campos (RJ); *PDL nº 106/98, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Independência de Rádio e Comunicações Ltda. (SIR), para explorar serviço na cidade de São José do Rio Preto (SP); *PDL nº 109/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Isaac de Comunicação para explorar serviço na cidade de Blumenau (SC); *PDL nº 128/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Navegantes de Porto Lucena, para explorar serviço na cidade de Porto Lucena (RS); *PDL nº 127/99, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Século Vinte e Um para explorar serviço de televisão, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campinas (SP); e *Requerimento nº 635/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 526 e 538, de 1999, por regularem a mesma matéria.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Edição e
Publicações

Renovadas as concessões de 4 emissoras de rádio

O plenário do Senado aprovou quatro projetos de decreto legislativo renovando concessões para a exploração de serviços de radiodifusão sonora. Os projetos renovam as concessões da Sociedade Rádio Ametista, de Planalto (RS); da Fundação Cultural São Francisco de Assis, de Siqueira Campos (PR); da Rádio Tupã, da cidade paulista de Tupã; e da Rádio FM Sete Colinas, de Garanhuns (PE).

Pontes quer aumentar a indenização para gestante

Projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) assegura à empregada gestante, demitida sem justa causa, o pagamento dos salários e demais vantagens, incluindo-se o auxílio-maternidade, até cinco meses após o parto. A matéria deve ser apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta, que acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visa assegurar à empregada gestante demitida sem justa causa, como solução mais apropriada, o imediato pagamento dos salários devidos.

Ao justificar o projeto, o senador argumenta que as alternativas judiciais só servem para aumentar as dúvidas a respeito da aplicabilidade do Enunciado nº 244 do Tribunal Superior do Trabalho, que diz que "a garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração, assegurando-lhe apenas o direito a salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos".

— Nesse contexto, as alternativas judiciais passam por soluções conciliatórias que podem incluir a reintegração da empregada. A situação peculiar da gestante, entretanto, merece um tratamento bem definido, legalmente fixado, e não pode ficar à mercê do arbítrio dos juízes — afirma.

Conforme Luiz Pontes, é preciso assegurar à gestante, logo, o pagamento dos salários, evitando uma reintegração forçada que, muitas vezes, causa impactos psicológicos que podem trazer prejuízos para ela e para o nascituro.

CAE aprova manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda

Parecer favorável à proposta do Executivo passa com apenas três votos contrários e agora vai a plenário. Vigência ficaria prorrogada até o ano 2003

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Executivo, que prorroga até o ano 2003 a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para as pessoas físicas que recebem mensalmente acima de R\$ 1.800,00 ou têm ganhos anuais acima de R\$ 21.600,00. A matéria, já aprovada na Câmara, será votada pelo plenário do Senado.

O relator do projeto foi o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que rejeitou uma emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), modificando o projeto original. A emenda do senador propunha quatro faixas de alíquotas progressivas, de acordo com os rendi-

mentos, e elevava dos atuais R\$ 900,00 para R\$ 1.000,00 a faixa salarial isenta do pagamento do IR. Além de Dutra, apenas os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Agnelo Alves (PMDB-RN) votaram a favor da emenda, perdendo para a maioria dos presentes à reunião. O parecer do relator foi aprovado com os votos contrários dos três senadores.



Luiz Estevão

O projeto de lei do Executivo mantém as duas faixas de alíquota para cobrança do IR de pessoas físicas, apenas prorrogando a cobrança da última e mais alta faixa, de 27,5%, que seria cobrada somente até o final deste ano e voltaria a ser de 25%, como estabelece a legislação tributária de 1995.

O aumento da alíquota de 25%

Base de cálculo em R\$	alíquota %	parcela a deduzir do imposto em R\$
Até 900,00	—	—
Acima de 900,00 até 1,8 mil	15	135
Acima de 1,8 mil	27,5	360

para 27,5% foi feito a partir da edição do pacote fiscal de outubro de 1997. Com o novo projeto, fica mantida a tabela progressiva instituída para cobrança do IR incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas (veja quadro).

José Eduardo Dutra criticou o projeto do governo, afirmando que ele mantém um arrocho sobre o segmento social de rendas médias. Disse também que na história recente da economia brasileira as medidas transitórias na área tributária estão se tornando, cada vez mais, um expediente utilizado para a ado-

ção de medidas permanentes. Roberto Saturnino e Agnelo Alves também criticaram a atual legislação tributária, que, na opinião de ambos, castiga a classe média, principalmente no momento em que esta passa por arrochos salariais.

Para Luiz Estevão, a questão da tributação dos mais ricos é um assunto que pode ser melhor debatido na comissão. Ele alegou não haver tempo hábil para os senadores examinarem a proposta de Dutra, até porque não há um estudo claro sobre o impacto que teria na receita tributária do país.



Projeto do senador Pedro Simon define que os valores do Imposto de Renda serão devolvidos com juros

Plenário decide que restituição do IR deverá ser feita em até 60 dias

A restituição do Imposto de Renda retido na fonte ou pago antecipadamente em valor superior ao devido deverá ser feita em até 60 dias após a entrega da declaração, conforme projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem pelo plenário do Senado em turno suplementar. A proposta ainda depende da apreciação da Câmara dos Deputados.

Os valores a serem restituídos, segundo o projeto, deverão ser

acrescidos de juros calculados com base no mesmo índice utilizado para atualização dos créditos da União, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base.

Além disso, caso haja qualquer atraso na devolução, juros de mora de 1% ao mês incidirão sobre os valores a serem restituídos.

PROFISSÕES

Também em turno suplementar, o plenário aprovou projeto do

ex-senador Joel de Holanda (PFL-PE) que regulamenta as profissões de técnico de laboratório, de auxiliar de laboratório e de técnico em hemoterapia. Pelo projeto, os portadores de certificado de conclusão em cursos de formação de técnico em Patologia Clínica, Histologia, Citologia e Hematologia estarão habilitados ao exercício da profissão de técnico de laboratório. A matéria ainda tramitará na Câmara.

Projeto de Álvaro Dias muda faixa do Simples

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia, em caráter terminativo, projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que altera a legislação do imposto Simples, fixando em 3% o novo percentual dessa cobrança para a microempresa que fatura até R\$ 244 mil ao ano. Pela lei atual, de 1996, as empresas que faturam anualmente entre R\$ 60 mil e R\$ 240 mil têm tributação diferenciada entre 3% e 5,8%.

— O projeto nada mais faz que atualizar a faixa de valor que atinge a microempresa, para efeito do Simples, unificando a alíquota em 3%, com o que se busca evitar a indução à sonegação — explica o senador.

Por outro lado, a proposta de Álvaro Dias também amplia para até R\$ 1,2 milhão o valor de faturamento anual das chamadas empresas de pequeno porte para efeito do Simples, ao invés dos atuais R\$ 720 mil. Nesse caso, a contribuição é mantida no mesmo percentual da legislação em vigor, ou seja, 7%. Segundo ele, a medida combate o "nanismo ou confinamento" dessas empresas e leva à sua expansão, aumentando a arrecadação e o nível de emprego.

Qualquer pessoa lesada poderá argüir constitucionalidade de ato do poder público

Em votação simbólica, o plenário do Senado aprovou projeto de lei da ex-deputada federal Sandra Starling (PT-MG) que regulamenta os procedimentos necessários à garantia de cumprimento da Constituição nos atos do poder público. Cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) responder a argüição de constitucionalidade que incide sobre ato normativo federal, estadual ou municipal, assim como sobre divergências de interpretação ou aplicação dos regimentos internos das duas Casas do Poder Legislativo, do Regimento comum do Congresso Nacional e do processo legislativo.

O projeto, que obteve parecer favorá-

vel do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será encaminhado à sanção presidencial.

Além das autoridades públicas e entidades civis legitimadas pela Constituição como capazes de argüição de constitucionalidade, a proposta aprovada estende esse poder a qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público. A argüição deverá ser feita mediante representação ao procurador-geral da República, que a encaminhará ao STF. Caso a Procuradoria indefira o pedido, em até cinco dias será possível recorrer diretamente ao STF.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (substitutivo da Câmara nº 472-B/97, naquela Casa). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal e dá outras providências (regulamenta a adoção de medidas provisórias).

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em 1º turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quarta-feira, para o quinto e último dia de discussão, em 1º turno.

2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1995 (nº 2.090/91, na Casa de origem). Regulamenta o exercício profissional do histotecnologista e dá outras providências.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de destaque para votação em separado do art. 10 do substitutivo, para adequá-lo aos dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Aprovados o substitutivo, as emendas nºs 1 e 2-Plen. e a Subemenda à Emenda nº 1-Plen. Rejeitado o art. 10, destacado. À matéria volta à Câmara dos Deputados.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, na Casa de origem). Presidente da República. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 2-Plen. Votaram: Sim: 12 Não: 41 Abst.: O Total: 53. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1999 (nº 2.872/97, na Casa de origem). Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição federal.

Resultado: Aprovado. À sanção.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 1998 (nº 567/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ametista Ltda., em onda média, em Planalto (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1998 (nº 595/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural São Francisco de Assis, em onda média, em Siqueira Campos (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1998 (nº 597/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Tupã Ltda., em frequência modulada, em Tupã (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1998 (nº 599/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Sete Colinas Ltda., em frequência modulada, em Garanhuns (PE).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

9

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1997. Pedro Simon. Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte e dá outras providências.

Resultado: Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do Regimento Interno. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

10

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1999. Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria, a fim de ser realizada na sessão de 15.12.99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Aprovada criação da Agência Brasileira de Inteligência

Texto acatado pelos senadores prevê a participação de parlamentares da oposição e do governo na fiscalização das atividades do novo órgão

O plenário do Senado aprovou a instituição do Sistema Brasileiro de Inteligência e a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Os termos do projeto de iniciativa do Poder Executivo sofreram uma única modificação, proposta pelo relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e também aprovada pelo plenário.

A emenda do relator prevê que o órgão responsável pela fiscalização e controle externo das atividades de inteligência deverá ser integrado pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como pelos presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas legislativas. O projeto original limitava-se a atribuir ao Poder Legislativo a competência de fiscalização e controle

externo, sob forma que o Congresso Nacional deveria definir através de ato próprio. A modificação impõe que a matéria volte à deliberação da Câmara.

Outra emenda de plenário, proposta pela senadora Marina Silva (PT-AC) e defendida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), foi rejeitada inicialmente em votação simbólica e, após pedido de verificação de *quorum*, nominalmente rejeitada por 41 senadores, contra 12 favoráveis. Os senadores petistas pretendiam que dois terços dos 111



Tuma: líderes da maioria e da minoria fiscalizarão a Abin



Marina queria evitar a nomeação de militares da reserva

cargos em comissão previstos para integrar a Abin fossem preenchidos por servidores estáveis ou militares da ativa, para evitar "a tradição" de designar servidores públicos aposentados e militares da reserva para tais cargos. Romeu Tuma, em parecer contrário, avaliou que a restrição "inibiria o administrador de buscar colaboradores em áreas de excelência, como as universidades, áreas de ciência e tecnologia", o que, a seu ver, prejudicaria o desempenho da Abin.

Pelo projeto, o Sistema Brasileiro de Inteligência definirá órgãos e entidades da administração federal — principalmente os responsáveis pela defesa externa, segurança interna e relações exteriores — que possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência. À Abin, por sua vez, caberá a assessoria direta do presidente da República, em substituição à atual unidade de inteligência vinculada à Casa Militar da Presidência da República.

Parlamentares temem que haja abusos

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), ao defender o projeto, advertiu que tanto o sistema de inteligência quanto a Abin seriam aprovados pelo Senado "para servir ao país e não a interesses escusos", como os que foram revelados em episódios como a bomba no Riocentro, no fim do período militar, e as recentes gravações telefônicas no BNDES. Os dois casos tiveram o envolvimento direto de agentes da área de inteligência, indicando que "ainda existe uma cultura oriunda do regime autoritário a presidir a atividade dessa gente", disse.

A preocupação com possíveis abusos é legítima, afirmou Edison Lobão (PFL-MA), mas o parecer de Romeu Tuma os teria impedido ao submeter a Abin à vigilância per-

manente do Poder Legislativo. Heloísa Helena (PT-AL) insistiu na necessidade de aprovar a emenda de Marina Silva, para que os cargos comissionados não viessem a ser utilizados por pessoas externas ao serviço público e suas normas.

Geraldo Melo (PSDB-RN) salientou a necessidade de superar preconceitos deixados pelo período autoritário e reconhecer que o governo, na democracia, precisa de instrumentos adequados de informação e contra-informação. Lúcio Alcântara (PSDB-CE), mesmo ad-



Jader: "Abin deve servir ao país, não a interesses escusos"



Lobão: emenda de Romeu Tuma evitará que ocorram abusos

mitindo que há um consenso de que o Estado moderno não pode prescindir de um sistema próprio de informações, reconheceu que as atividades de inteligência podem ser desvirtuadas, daí a importância da modificação aprovada pelo Senado ao projeto original.

TV Senado reapresenta sessão em homenagem a Rui Barbosa



Na segunda-feira, às 14h30, a TV Senado reapresenta a sessão solene do Congresso Nacional, realizada na última quarta-feira, em homenagem aos 150 anos de nascimento do po-

lítico, jurista, escritor e jornalista baiano Rui Barbosa.

Conforme destacaram senadores e deputados, Rui Barbosa foi, acima de tudo, um homem de idéias que, em muitos aspectos,

ainda se mantêm atuais.

Os oradores também lembraram a presença de Rui Barbosa em momentos marcantes da história brasileira, como a abolição da escravatura, a proclamação da República e a elaboração da primeira Constituição republicana, e sua luta por uma federação coesa.

Moreira Mendes quer cota única para compras em dólares

Projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) unifica a cota permitida para compra de mercadorias no exterior. Atualmente, o turista que chega ao Brasil pode trazer na bagagem apenas US\$ 500 em mercadorias. Outra cota de US\$ 500 pode ser destinada a mercadorias estrangeiras, desde que compradas em lojas francas (*free shops*) instaladas em aeroportos no Brasil.

A proposta do parlamentar, anunciada nesta quinta-feira da tribuna do plenário, propõe uma cota única de bagagem de US\$ 1.000, que pode ser utilizada como o turista entender. Assim, poderá adquirir todo o valor da cota no exterior ou em lojas francas no país, ou mesmo parte lá fora e parte nos chamados *free shops*.

Para o senador, a variedade de produtos oferecida nas lojas fran-

cas dos aeroportos brasileiros fica "muito aquém do desejado". Afirmou também que os preços são superiores aos dos produtos encontrados não somente em lojas francas no exterior, mas em lojas comuns existentes em outros países.

— Isso se constitui numa verdadeira reserva de mercado. É o monopólio absoluto, impondo ao cidadão a obrigatoriedade de usar seu dinheiro onde ele, na maioria das vezes, não gostaria de usar, mas não há nenhuma maneira legal de se livrar dessa situação. Isso precisa mudar — sentenciou o parlamentar.

O projeto prevê ainda que o ministro da Fazenda poderá alterar esse valor para compras realizadas em cidades fronteiriças com o Brasil, assim como os termos e condições dessas compras.

Senador destaca eleição de Carvalho para conselho da OMT

A eleição do presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, para o Conselho da Organização Mundial de Turismo (OMT), foi destacada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) em discurso proferido ontem na tribuna do Senado Federal. Para o parlamentar, essa eleição coroa o bom trabalho desenvolvido pela entidade nos últimos anos.

O senador afirmou que o governo destinou R\$ 670 milhões, em recursos do Prodetur, para o Nordeste brasileiro. Este dinheiro possibilitou a restauração de 22 mil metros quadrados de patrimônio histórico na região. Outros R\$ 41 milhões foram investidos em infra-estrutura básica.

Moreira elogiou os planos de financiamento de pequenos empresários de turismo, que consumiram R\$ 54 milhões, e também de estados e municípios, que aportaram mais R\$ 18 milhões. Outros R\$ 40 milhões foram gastos em ações de *marketing*, dentro da Política Nacional de Turismo.

A Embratur, nos últimos quatro anos, deu treinamento especializado a 240 mil profissionais, além da inserção de 80 mil estudantes no Programa de Iniciação Escolar para o Turismo, segundo o senador.

Moreira Mendes afirmou que o setor de turismo teve um faturamento de US\$ 38 bilhões, possibilitando o ingresso de US\$ 3,6 bilhões em divisas. Gerou também o pagamento de US\$ 7 bilhões em impostos. Como resultado, o Brasil passou de 43º lugar, em 1994, para o 29º posto, este ano, no *ranking* da OMT, ressaltou o parlamentar. O número de passageiros de vôos domésticos dobrou,

passando de 13 milhões para 26 milhões no mesmo período.

O senador destacou a previsão de US\$ 6 bilhões para investimentos privados no setor, dos quais R\$ 650 milhões do programa Avança, Brasil, dinheiro comprometido com a geração de meio milhão de novos empregos em três anos. Com os invest-

imentos, o governo federal pretende que o número de turistas estrangeiros no Brasil chegue a 6,5 milhões. Os turistas brasileiros, em passeios domésticos, devem chegar a 57 milhões.

O parlamentar elogiou "a inquestionável capacidade do ministro Rafael Greca, do Esporte e do Turismo, que debalde todas as críticas assomadas contra sua pessoa, imprimiu ao turismo nacional uma nova dimensão".



Moreira Mendes elogiou planos de financiamento de pequenos empresários de turismo

CAE dá parecer favorável a empréstimos para São Paulo

Operações de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial destinam-se a obras de transporte público e controle de erosão

Os pareceres favoráveis a dois pedidos de empréstimos externos de São Paulo, no valor de US\$ 45 milhões e de US\$ 55 milhões, junto ao Banco Mundial, foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante a reunião de ontem. A matéria será votada em regime de urgência pelo plenário, conforme anunciou o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O relator das duas mensagens, que vieram do Banco Central, foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parecer foi aprovado por unanimidade, com a abstenção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O senador Osmar Dias (PSDB-PR), que foi o primeiro relator das matérias e renunciou ao cargo, por não concordar com os empréstimos, não compareceu à reunião.

Os recursos de US\$ 45 milhões serão destinados ao financiamento parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo — Ligação Barra Funda/Roosevelt. O projeto, de acordo com o relator, integrará cerca de 270 km de linhas de trens de subúrbio, anteriormente pertencentes à Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), vinculada ao governo federal, e atualmente administrada pelo governo do estado.

As ligações, acrescentou Lúcio Alcântara, permitirão aos passageiros que trafegam entre leste e



Os pedidos de financiamento aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos deverão ser apreciados em regime de urgência pelo plenário

oeste da cidade conectar-se com a linha norte-sul do metrô. Estima-se que 50 mil pessoas por dia, a maioria de baixa renda, utilizam esse transporte público. O custo total do projeto é de US\$ 95,109 milhões, a serem desembolsados no prazo de quatro anos. O senador explicou que, do total de recursos, US\$ 45 milhões vêm do Banco Mundial e US\$ 50,109 milhões do tesouro do estado.

O outro empréstimo, de US\$ 55 milhões, será aplicado no financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo — Microbacias, que tem por objetivo controlar a erosão hídrica e a reversão do processo de degradação dos recursos naturais renováveis na agricultura paulista, explicou Lúcio Alcântara. O custo total do projeto, informou, está estimado em US\$ 124,200 milhões, a serem desembolsados num prazo de seis anos. Desse total, US\$ 55 milhões ficam a cargo do Ban-

co Mundial e os demais US\$ 69,200 milhões ficam por conta do tesouro estadual.

A operação de crédito de US\$ 45 milhões foi considerada especial pelo relator porque, segundo ponderou, desde 1997 já estavam definidas as negociações do estado com o Banco Mundial e o projeto foi incluído no conjunto de obrigações a serem assumidas pelo governo do estado. A outra operação de crédito também já havia sido acertada com o Banco Mundial desde 1996, argumentou o senador Lúcio Alcântara, enquanto a Resolução nº 78, do Senado, é de 1998.

Essa resolução, que dispõe sobre os limites para operações de crédito dos estados, municípios e do Distrito Federal, impediria a tomada desses empréstimos devido às exigências para o controle das contas do estado de São Paulo, segundo alegou Osmar Dias quando desistiu de relatar a matéria.

Álvaro Dias faz apelo em favor de acionistas minoritários do Bamerindus

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem um apelo ao governo federal, ao Banco Central e ao líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF) em favor dos acionistas minoritários do Bamerindus que tiveram prejuízo com a venda do banco para o HSBC. "São 53 mil famílias que viram sua poupança virar pó e estão abandonados à própria sorte", observou.

Segundo Álvaro Dias, a associação desses acionistas já esteve em Brasília várias vezes, mas não conseguiu sensibilizar as autoridades para seu problema. "Há quem diga que o mercado acionista é mesmo

um mercado de risco, mas foi a transferência 'duvidosa' feita pelo BC, aliada à atuação implacável do HSBC, que impuseram perdas aos acionistas do Bamerindus", garantiu.

Álvaro Dias fez uma longa exposição das cláusulas do contrato entre o BC e o HSBC

para demonstrar que o negócio foi lesivo aos interesses brasileiros. "Esse é mais um exemplo da dilapidação de capitais público e priva-



Álvaro Dias lembrou que poupadores confiavam na instituição financeira

do, nas operações da privatização. Não foi um negócio, foi uma 'doação' ao capital estrangeiro, feita sem transparência", denunciou.

Para o senador, "verificou-se uma flagrante usurpação dos direitos dos acionistas minoritários, gente

que investia no Bamerindus desde sua fundação, confiando na saúde bancária de uma instituição fiscalizada pelo BC".

Souto conclui que Justiça ajudou a dilapidar herança

Segundo o relator da CPI do Judiciário, o hoje desembargador Asdrúbal Zola Vasques Cruxên e a promotora Zenaide Souto Martins teriam contribuído para destruir um patrimônio estimado em aproximadamente R\$ 16 milhões

O então juiz e hoje desembargador Asdrúbal Zola Vasques Cruxên e a promotora Zenaide Souto Martins teriam contribuído para que uma herança de aproximadamente R\$ 16 milhões desaparecesse em meio a negócios suspeitos e o herdeiro, o menor Luiz Gustavo da Silveira Nominatto, ficasse como devedor. É o que conclui relatório apresentado ontem à CPI do Judiciário pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). O documento será incluído, com os demais casos investigados pela CPI, no relatório geral a ser votado até o dia 30.

— A condução do inventário, de forma demorada, por parte do juiz da Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, à época, Asdrúbal Zola Vasques Cruxên, teria propiciado a dilapidação do patrimônio do espólio pelos responsáveis judiciais por sua guarda — aponta o relatório. Cruxên poderia, assim, de acordo com o relatório, responder por prevaricação (retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra a disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal).

Luiz Gustavo é filho do dono do consórcio Itapemirim, Washington Nominatto, principal acionista de um grupo constituído por dez empresas, entre elas uma editora, uma frota de ônibus e um motel. Depois da morte de Washington, em 1987, e com o inventário em andamento, o espólio passou a ser administrado por ex-sócios minoritários do grupo e advogados. Segundo apurou a CPI, com a aprovação do então juiz Cruxên e da promotora Zenaide, o conselho de administração do espólio vendeu e doou bens — inclusive aos seus próprios membros — sem nada restar ao herdeiro e à sua mãe, Miramar da Silveira Rocha.

— A transferência dos bens nas condições em que se deu é o pecado original desse processo — afirmou Paulo Souto. Ele lembrou declaração dada por Cruxên à revista *IstoÉ*. A frase levanta dúvidas sobre a correção do juiz na condução do inventário e na administração do

espólio, conforme Souto. “O garoto já tem US\$ 1 milhão garantido. Deveria querer mais?”, disse Cruxên em agosto de 1993.

PREJUÍZOS

A história do inventário, tal como registra o relatório de Souto, mostra que, a pretexto de pagar dívidas, os membros do conselho transferiram recursos do consórcio para outras empresas do grupo depois vendidas a membros do próprio conselho. Os recursos não eram creditados ao consórcio. Por outro lado, diz o relator, os bens imóveis que iam sendo apurados não passavam, por meio de escritura, à posse do herdeiro.

Também os advogados constituídos pela mãe de Luiz Gustavo para defender os interesses do menor podem ter prejudicado o herdeiro em benefício deles mesmos, de acordo com o relator. Paulo Souto informou que, durante o processo de espólio do menor Luiz Gustavo Nominatto, a advogada Maria das Graças Martins Leão, curadora do espólio, recebeu US\$ 74 mil, a título de comissão, pela venda do último imóvel relacionado no processo de inventário.

O relatório também aponta que ela teria corrompido o servidor da Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal Alexandre Mendonça dos Santos, para que este liberasse os honorários advocatícios dela. O funcionário obteve na Justiça o direito de não abrir os arquivos de sua conta bancária à CPI.

Conforme o relatório, apuraram-se indícios de vários crimes. Os membros do conselho poderão ser processados por formação de quadrilha ou bando, observados os indícios de que se associaram para lesar o menor. Juntamente com contadores e advogados, os empresários e administradores poderão responder por estelionato e falsificação de documentos e apropriação indébita. Os advogados especificamente podem responder por crime contra a administração da Justiça, por prejudicar os interesses de Gustavo.



Os senadores Carlos Wilson e Paulo Souto. Segundo o relator, Cruxên poderá responder por prevaricação



Relatório propõe lei para definir os crimes praticados pelos juízes

O senador Paulo Souto recomendou, em seu relatório relativo ao caso do espólio do empresário Washington Nominatto, a elaboração de uma lei que defina os crimes de responsabilidade dos magistrados. A lei está prevista no artigo 108 da Constituição federal, mas não foi examinada ainda pelo Congresso.

— Pelos fatos constatados, restou-nos a certeza de concluí-la nos recordando da nossa atribuição maior, a de legislar, criando ou aperfeiçoando o nosso ordenamento jurídico, imprescindível à construção de uma sociedade livre, justa e solidária — diz Paulo Souto no relatório.

Souto antecipa que, no relatório geral, proporá a criação de um órgão de controle externo do Poder Judiciário, “já que os mecanismos atualmente em vigor não parecem ter funcionado com a eficácia que era de se esperar”.

O relatório faz ainda diversas outras recomendações: à Corregedoria do Tribunal de Justiça do DF, para que apure a conduta do juiz Asdrúbal Cruxên; ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que dê conhecimento do relatório aos ministros relatores dos diversos processos ainda em curso vinculados aos direitos de Luiz Gustavo Nominatto, herdeiro de Washington; à Ordem dos Advogados do Brasil, para que apure

a atuação dos advogados Maria das Graças Martins Leão, José Roberto Pugan, Roberto Jorge Dino e Antonio Carlos Reis Carvalho; à Secretaria da Receita Federal, para que aprofunde a análise fiscal das pessoas físicas arroladas no processo, especialmente de um dos sócios de Nominatto, Wellington Kuhlmann Pereira, por sonegar Imposto de Renda.

Por fim, o relator recomenda ciência dos fatos à comissão especial da Câmara dos Deputados encarregada de dar parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 96, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

Notícias do Senado em TEMPO REAL

www.senado.gov.br



Desembargador nega ter ficado com bens do padrasto

Contestando denúncia de juiz, Ernani Vieira de Souza assegura que não se apropriou da herança do também desembargador Péricles Rondon

Em depoimento prestado ontem na CPI do Judiciário, o desembargador Ernani Vieira de Souza, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, negou a acusação feita pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, e ratificada na CPI pelo advogado Alexandre Shlessarenko, de que ele teria se apropriado da herança do seu padrasto, o também desembargador Péricles Rondon, em detrimento da filha Beatriz Rondon Joaquim.

O magistrado disse que as acusações do juiz Leopoldino do Amaral, assassinado no início de setembro, contra ele e vários outros membros do TJMT foram motivadas pelo fato de o juiz ter visto o seu nome envolvido em irregularidades por denúncia de sua própria cunhada.

Falando sobre a herança deixada por Péricles Rondon, Ernani Vieira disse que a questão só voltou a ser discutida na Justiça em virtude da inimizade entre ele e a mãe do advogado Alexandre Shlessarenko, que é deputada estadual. Ele lembrou que, depois de os dois trocarem ofensas, a parlamentar passou a investigar sua vida e nada encontrou, a não ser uma falha processual nos autos do inventário do padrasto.

Ernani Vieira explicou que não houve qualquer irregularidade na partilha dos bens de Péricles Rondon. Rebatendo a tese apresentada pelo advogado Shlessarenko em reunião anterior da CPI, o magistrado disse que em 1938, quando a mãe de Beatriz, Mariana Rondon, morreu, o inventário foi feito e, após o paga-



Ernani Vieira de Souza atribui a motivações políticas ou pessoais as acusações de que é alvo



mento das dívidas, o saldo foi partilhado entre ela e o pai, Péricles.

Como prova de que Beatriz Rondon teria recebido o que lhe cabia na partilha dos bens de Mariana Rondon, Ernani Vieira apresentou cópia de correspondência trocada entre Péricles Rondon e a avó de Beatriz, Tereza, onde esta teria confirmado o recebimento da parte que caberia à neta como herança.

Sobre o espólio de Péricles Rondon, Ernani Vieira contou aos senadores que o único bem deixado foi uma casa no município de Campinas, em São Paulo. Ele revelou que teria comprado a parte do imóvel de Beatriz Rondon quando ela, por telefone, teria feito a proposta de venda, ale-

gando que precisava do dinheiro para custear tratamento de saúde da filha.

Segundo informou o magistrado, a fazenda e as cabeças de gado que fizeram parte do inventário de sua mãe, Elza Soares, foram compradas após Péricles Rondon ficar viúvo do primeiro casamento. Ele disse que na divisão dos bens coube a ele ficar com 80% do terreno do imóvel e ao seu padrasto, 20% e as cabeças de gado. Ernani Vieira acrescentou que os bens foram vendidos antes do falecimento de Péricles.

Documento sobre obra do TRT-SP sai na quarta-feira

O relatório sobre ilegalidades e superfaturamento da obra no Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo (TRT-SP) será apresentado aos integrantes da CPI do Judiciário na próxima quarta-feira, a partir das 10 horas. Este ainda não é o relatório final da CPI, que tem até o próximo dia 30 para apresentá-lo. A CPI do Bancos realiza reunião interna na terça-feira, a partir das 15 horas, para definir os seus próximos passos.

Ernani reconhece que seu despacho foi irregular

O desembargador Ernani Vieira de Souza concordou com o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, de que cometeu ato irregular em despacho emitido sobre a restauração dos autos do inventário do padrasto, Péricles Rondon. Mesmo parte interessada no processo em que sua meia-irmã Beatriz Rondon tenta reaver parte da herança, despachou quatro páginas datilografadas opinando sobre o processo e arguindo suspeição do desembargador Benedito Pereira do Nascimento. Segundo o magistrado, o processo de inventário chegou às

suas mãos inadvertidamente.

Por ser parte interessada, Ernani Vieira concordou com Paulo Souto que deveria ter-se considerado impedido para se manifestar. Mesmo reconhecendo a irregularidade, ele explicou que sua ação não interferiu no desenrolar do processo, já que a ação de restauração dos autos está prejudicada pelo fato de o advogado já ter movido a ação principal.

O relator, o vice-presidente Carlos Wilson (PPS-PE) e o senador Djalma Bessa (PFL-BA) pediram ao magistrado informações sobre o empresário Josino Pereira Guimarães, acusa-

do pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro, de intermediar a venda de sentenças no TJMT. Ernani Vieira revelou que morou no mesmo prédio que o empresário, mas que nunca manteve com ele um relacionamento mais próximo.

— Josino é muito bem relacionado em Cuiabá e é filho de uma das famílias mais dignas do município. Fiquei surpreso quando surgiram acusações contra ele. Não privo de sua intimidade para conhecer a fundo o seu caráter, mas ele parece ser um *playboy* de antigamente — disse.

Requião critica Mesa por não pedir dados sobre grupo Abril

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o arquivamento pela Mesa do Senado de requerimento apresentado por ele, solicitando que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, informasse sobre as providências tomadas pelo Ministério Público a respeito das conclusões da CPI da Câmara dos Deputados que investigou suposto favorecimento da administração federal à empresa Quatro Rodas, do grupo Abril.

Documento assinado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo segundo-secretário da Casa, Carlos Patrocínio, explica que o procurador-geral da República não está incluído no rol das autoridades obrigadas a atenderem a requerimentos como o do senador paranaense.

Salientando que, “como senador e cidadão”, buscará as informações diretamente junto a Brindeiro, Requião lamentou a decisão da Mesa. Ele disse não entender a recusa, uma vez que “o Senado vem enfrentando o Poder Judiciário, convocando juízes e quebrando o seu sigilo bancário e telefônico”.

— A Mesa se louva em dispositivos regimentais completamente superados pelo artigo 5º da Constituição, que ga-

rante a qualquer cidadão o direito a essas informações. Vou insistir nesse processo. Não se acaba com a impunidade submetendo-se a interesses de um grupo afundado em corrupção — afirmou.

Requião também criticou o arquivamento do requerimento de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) propondo a criação de uma CPI para investigar irregularidades na concessão de autorizações de funcionamento de casas de bingos. A Mesa justificou o arquivamento, informando que o pedido não contava com as 27 assinaturas necessárias.

Segundo Requião, o requerimento da CPI já contava com 33 assinaturas, mas, conforme afirmou, o trabalho dos líderes do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), do PMDB, Jader Barbalho (PA), e do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e a pressão do governo federal fizeram com que sete senadores retirassem as suas assinaturas.

— Fatos estranhos acontecem no Senado da República. Um dos senadores informou ao senador Osmar Dias que o presidente da República lhe ligou diretamente para que retirasse sua assinatura do requerimento da CPI dos bingos — disse o senador.



Requião chamou de “agressão irresponsável” a nota segundo a qual ele teria feito “piadinhas” sobre Rafael Greca

Senador protesta contra nota publicada pelo jornal *O Globo*

O senador Roberto Requião protestou ontem contra nota do jornal *O Globo*, assinada pelo colunista João Domingos, segundo a qual ele teria feito “gracejos e piadinhas” dirigidas ao ministro do Esporte, Rafael Greca, durante homenagem póstuma a João Saad.

— Foi uma tentativa de me colocar em ridículo, uma agressão irresponsável da imprensa — disse Requião, que informou ter encaminhado ao jornalista, que chamou de “moleque”, e ao diretor da sucursal de Brasília, uma carta em que nega tal atitude.

— Não houve retificação por parte do jornal. Por isso, estou usando o plenário do Senado

para registrar minha indignação. Esse é o único espaço que me resta para fugir à sanha da imprensa. Será que *O Globo* tem uma coluna de aluguel? Não sei, mas que se trata de uma irresponsabilidade, disso tenho certeza — afirmou.

O senador lembrou ter apresentado projeto de lei obrigando todos os canais de televisão por assinatura a transmitirem os sinais da TV Senado, onde, segundo afirmou, os fatos relativos à Casa e aos senadores são mostrados com isenção. Atualmente, somente as TVs a cabo têm esse compromisso. “Meu interesse é informar melhor o público”, concluiu Roberto Requião.

Alcântara aponta saída para a construção naval

Ao divulgar estudo realizado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) sobre o setor de transporte marítimo, a Marinha Mercante e a construção naval no Brasil, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que as conclusões do relatório devem ser utilizadas pelo governo federal no sentido de que haja uma melhoria nesse tipo de transporte no país.

Segundo Alcântara, o estudo sugere que a indústria de construção naval seja voltada para exportação, completamente livre e independente das encomendas de armadores nacionais e especializada na produção de poucos tipos de navios, sem sofisticação tecnológica, cujo processo de fabricação gere economia em escala, quando produzidos em grande quantidade:

— O estudo é contrário à concessão

de subsídios para a indústria da construção naval, sob alegações, entre outras, de que não há significativa geração de empregos no setor e de que os riscos na produção e na comercialização podem se tornar importantes para o financiador — informou Lúcio Alcântara.

O senador pelo Ceará disse que o Geipot considera que só é conveniente canalizar recursos para a construção naval se ela for capaz de produzir para o mercado internacional. Nesse caso, a sugestão é a desoneração de impostos, como é feita em quase todos os países do mundo. Alcântara acrescentou que o relatório propõe para a Marinha Mercante a subvenção direta para a compra de navios, taxas de juros subsidiados para financiamento de navios e subsídio ao transporte por rateio do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

cântara acrescentou que o relatório propõe para a Marinha Mercante a subvenção direta para a compra de navios, taxas de juros subsidiados para financiamento de navios e subsídio ao transporte por rateio do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.



Alcântara citou conclusões de estudo realizado pelo Geipot



O projeto do senador Geraldo Cândido define que empresas concessionárias serão responsáveis pela adaptação

Projeto manda adaptar 10% dos orelhões para deficientes

Segundo proposta aprovada pela CI, telefones públicos serão equipados com teclado, visor e alarme para facilitar a sua utilização

Dez por cento dos telefones instalados em locais públicos deverão ser adaptados para uso dos portadores de deficiência auditiva, da fala e visual, e por usuários em cadeira de rodas, de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Conforme a proposição, os telefones serão equipados com um teclado, um visor e um alarme luminoso para permitir seu uso pelos deficientes.

O projeto, de autoria do senador

Geraldo Cândido (PT-RJ), com substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), estabelece que as empresas concessionárias de telefonia serão as responsáveis pela instalação dos dispositivos. Determina ainda que os catálogos telefônicos passarão a ter a sigla TPDA (Telefone Especial para Deficientes Auditivos), como forma de identificar o aparelho.

Geraldo Cândido, autor do projeto, explicou que o dispositivo a ser instalado nos telefones públicos é

de mecanismo simples, sendo usado em larga escala no exterior. O senador Gerson Camata (PMDB-ES), que apresentou uma emenda permitindo a colocação de um dispositivo nos telefones para atender aos deficientes visuais, disse que a proposição irá atender a milhões de pessoas. Os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Marluce Pinto (PMDB-RR) afirmaram que o projeto é de alto alcance social. A matéria será votada, agora, em turno suplementar pela comissão.

Comissão só decide sobre convocação de Padilha após audiência na Câmara

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado vai aguardar o depoimento do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, na Câmara dos Deputados, marcado para a próxima quarta-feira, para decidir sobre sua convocação, a fim de prestar depoimento acerca de denúncias publicadas na imprensa, envolvendo pagamento de precatórios no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

A votação do requerimento de convocação do ministro, apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) e pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), foi adiada após parlamentares do PMDB argumentarem que a vinda de Eliseu Padilha à comissão “seria uma grande perda de tempo”, já que o ministro irá abordar na Câmara o mesmo assunto.

A presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), insistiu na votação do requerimento, afirmando que o ministro teria a oportunidade de não somente es-

clarecer as denúncias, mas tratar de outros assuntos de interesse da comissão, como a criação do chamado “imposto verde” (destinado a recuperar as estradas brasileiras); a política nacional dos transportes a ser adotada nos próximos anos, e as providências do ministério para recuperar as rodovias federais:

— Mantive um encontro informal com Eliseu Padilha e ele se prontificou a comparecer à comissão para esclarecer as denúncias e fazer um balanço dos trabalhos que vem realizando à frente do Ministério dos Transportes — disse Emilia Fernandes, ao afirmar que existe “uma resistência” por parte da base do governo no Senado para não permitir que o ministro venha à comissão, sob a alegação de que a convocação de Padilha é de cono-

tação puramente política.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também foi um dos que defenderam o comparecimento de Padilha. “Seria até bom, em defesa de sua própria honra, o ministro vir a esta comissão e esclarecer, ponto por ponto, todas as denúncias, além de ter a oportunidade de abordar outros temas de interesse de sua pasta”, afirmou.

Os senadores Gerson Camata (ES), Mauro Miranda (GO), Marluce Pinto (RR), Gilberto Messtrinho (AM) e Carlos Bezerra (MT), todos do PMDB, manifestaram-se contrários à imediata convocação de Padilha. Segundo eles, a vinda do ministro não seria oportuna porque ele já tinha confirmado presença na Câmara dos Deputados para falar sobre as denúncias.

Senadores do PMDB lembraram depoimento na Câmara para afirmar que vinda de ministro seria uma grande “perda de tempo”

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Natação para bebês
7h30 — *Especial Unip* — Pediatria
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — Senador Romero Jucá fala sobre Agência Nacional de Proteção ao Índio
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *CPI do Judiciário* (ao vivo)
10h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Logo após — *CPI do Judiciário* (gravado)
Logo após — *Comissão de Assuntos Econômicos* (gravado)
Logo após — *Comissão de Infra-Estrutura* (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Debate* — Senador Ramez Tebet e o senador Tião Viana falam sobre o crime organizado como ameaça

à democracia

22h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — *Música e informação*
9h — *Sessão Plenária do Senado* (ao vivo)
Em seguida — *Música e informação*
14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — *Música e informação*
19h — *A voz do Brasil*
Em seguida — *Música e informação*
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — *Música e informação*
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — *Música e informação*
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — *Música e informação*

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Senado apreciou 20 matérias nesta semana

Entre os principais projetos aprovados estão o que fixa o prazo máximo de 60 dias para devolução do Imposto de Renda, a criação da Agência Brasileira de Inteligência e a permissão para cobrança de ISS sobre os pedágios

Vinte matérias foram aprovadas pelo plenário do Senado durante esta semana, entre elas projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) fixando prazo de até 60 dias, a partir da entrega da declaração, para que seja efetuada a restituição do Imposto de Renda. O projeto vai agora à apreciação da Câmara.

Também foram aprovados nesta semana o projeto que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); o que regulamenta o exercício das profissões de técnico e auxiliar de laboratório; e o que inclui a cobrança de pedágios entre os serviços sujeitos à incidência de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Originários da Câmara, os projetos voltam àquela Casa por terem sofrido modificações.

O plenário também aprovou projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) visando evitar a dupla contagem de gastos com pessoal da administração pública do Distrito Federal no Orçamento da União, que passará por turno suplementar de votação. Enviou ainda à sanção, após aprovação, projeto que regulamenta os procedimentos necessários à garantia de cumprimento da Constituição nos atos do poder público.

Ainda durante esta semana, prosseguiram em plenário as discussões refe-

rentes ao primeiro turno de votação da proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias. Foram aprovadas, ainda, 13 renovações de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão e autorizadas modificações no convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deram pareceres favoráveis à criação do fator previdenciário para o cálculo de aposentadorias dos trabalhadores do setor privado. Para a tomada de decisão, a CAS ouviu explicações do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, que veio à comissão falar sobre as mudanças propostas pelo governo.

A CAS também decidiu continuar investigando denúncias de fraude nos bingos eletrônicos e, ainda, pedir informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre dívidas da Caixa Econômica Federal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A comissão também tomou conhecimento das auditorias do TCU sobre irregularidades no Sistema Único de Saúde (SUS), no Serviço Social do Comércio (Sesc) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projetos simplifican-

do a burocracia para a tomada de empréstimos por estados, municípios e o DF, e prorrogando a cobrança da alíquota de 27,5% do IR das pessoas físicas até 2003, além de dois empréstimos do Banco Mundial para o estado de São Paulo. Já a Comissão de Educação (CE) deu parecer favorável a uma concessão de serviço para televisão educativa em Cachoeira Paulista (SP) e a cinco renovações de concessões de emissoras de rádio.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizou a segunda etapa do seminário "Amazônia - Patrimônio Ameaçado?", ouvindo o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Rishinami. Representantes de conselhos de idosos de São Paulo e Rio Grande do Sul foram ouvidos pela Subcomissão do Idoso.

A CPI do Judiciário aprovou, por unanimidade, dois relatórios, um sobre irregularidades no TRT da Paraíba e outro sobre o caso da dilapidação da herança do menor Luiz Gustavo da Silveira Nominatto, que aponta indícios de irregularidades na administração do espólio pela Justiça do DF. A CPI ouviu também depoimento do desembargador de Mato Grosso Ernani Vieira de Souza, acusado de ter-se apropriado da herança de seu padasto, Péricles Rondon.

A criação de emenda constitucional instituindo o Fundo de Combate à Pobreza no Brasil é a principal proposta contida no relatório preliminar apresentado à Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza pelo deputado Roberto Brant (PSDB-MG).

Proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias deverá ser votada na próxima semana

Matérias apreciadas pelo Senado	
(de 8 a 11 de novembro de 1999)	
Projeto aprovado e enviado à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	14
Projeto aprovado e que vai a turno suplementar	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	4
Total de matérias aprovadas	20

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal



Vice-presidente Marco Maciel, senadores Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney

PFL apresenta nova estratégia de marketing do partido

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) participou ontem de reunião organizada pela direção nacional do Partido da Frente Liberal (PFL) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, para apresentar aos parlamentares da agremiação, governadores e aspirantes a candidato nas eleições previstas para o próximo ano o projeto de marketing do partido.

O encontro, presidido pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), contou com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, da governadora Roseana Sarney, do Maranhão, e do governador José Bianco, de Rondônia, além de diversos senadores e deputados.

O publicitário Mauro Salles apresentou as linhas gerais do projeto de marketing partidário para as eleições municipais de 2000.

Paulo Hartung defende prioridade para segurança

O quadro da segurança pública "é assustador" em todo o país e exige que as três instâncias do poder público dediquem prioridade absoluta ao tema e a suas conexões, defendeu ontem o senador Paulo Hartung (PPS-ES). Entre os assuntos correlatos à segurança pública, ele mencionou a crise social em que o país está mergulhado, a existência de poderes paralelos empalmados pelo crime organizado e o tráfico de armas e drogas.

Para o senador, o enfrentamento do problema da segurança pública impõe atitudes decisivas dos governos federal e estaduais, do Ministério da Justi-



Hartung: contra a "omissão e a banalização do crime"

ça, Polícia Federal, prefeituras municipais e sociedade civil organizada. "O que não vale é a omissão e a banalização do crime", enfatizou.

Estudos realizados pela prefeitura de Vitória (ES) e citados pelo senador apontam que, apenas no primeiro semestre deste ano, ocorreram 718 homicídios na região metropolitana da Grande Vitória, área com 1,2 milhão de habitantes. Dois assassinatos recentes ainda chocam a população e a OAB-ES tem sido objeto de ameaças de bombas e morte. "Um faroeste sem xerife", disse, reproduzindo título de reportagem publicada no jornal *A Gazeta*.



Fogaça autografou biografia dos senadores gaúchos... obra que Emilia assinou para mais de 500 pessoas

Senado movimenta feira do livro em Porto Alegre

O estande do Senado na 45ª Feira do Livro de Porto Alegre registrou grande presença de público nos últimos dias, em especial nas duas sessões de autógrafos já realizadas. Com isso, também cresceram muito as vendas de livros, sendo os mais procurados a Constituição federal e títulos como *Legislação do Meio Ambiente*, *Instituições Políticas Brasileiras* e *História Diplomática do Brasil*.

Na última sexta-feira, o senador José Fogaça (PMDB-RS) permaneceu no estande por mais de duas horas autografando o livro com a biografia dos senadores gaúchos desde o Império. No domingo, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) autografou mais de 500 exemplares dessa obra e de separatas de seus

discursos. Para Emilia, a Feira do Livro "já faz parte da história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul", e a participação do Senado, com seu estande, torna-se a cada ano mais expressiva.

— É um acontecimento fundamental para a história do estado, para nossa consciência e para as gerações que se sucedem frequentando a feira. O Senado participa pela segunda vez e com isso se aproxima da população gaúcha. É um processo que, acredito, não terá interrupção. O Senado deverá estar presente todos os anos, pois sua presença é considerada muito importante pelo público — afirmou.

Hoje, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) autografará uma coletânea de dis-

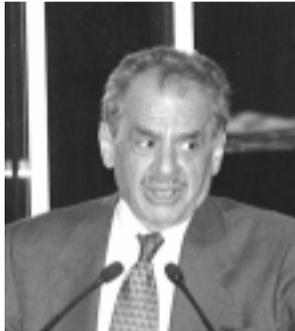
discursos denominada *Em Defesa da Ética*. No domingo, o senador Amir Lando (PMDB-RO), representando a Primeira Secretaria, estará no estande para o lançamento da reedição de uma obra rara do Visconde de Cairu, *Observações sobre a Fraqueza da Indústria, e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*, que passa a integrar a coleção Biblioteca Básica Brasileira.

Ele também autografará o relatório da CPI que levou ao impeachment do presidente Collor e entregará a representantes da Assembléia Legislativa e de câmaras de vereadores exemplares da obra *Bibliografia Básica do Legislador*. A feira termina na segunda-feira.

Simon quer operação "mãos limpas"

Senador diz que pretende convidar presidente da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados para fazer relato de suas investigações contra o crime organizado no país

"Isso está acontecendo em pleno governo Fernando Henrique, em plena democracia. Aonde vamos parar?", perguntou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao comentar matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* sobre tortura e morte de um garoto de 13 anos, no Acre,



Simon: "Situação atual do país não oferece muita perspectiva de futuro"

e cuja autoria é creditada pelo Ministério Público a criminosos ligados ao ex-deputado federal Hildebrando Pascoal. O senador defen-

deu a reprodução, no Brasil, da "Operação Mãos Limpas", realizada na Itália. Segundo ele, a operação fez uma revolução na Itália, levando à prisão o dono da Fiat, mais de 100 deputados, vários empresários e três ministros de Estado, além de recuperar milhões de dólares para os cofres públicos.

Simon disse que pretende convidar o deputado Moroni Torgan (PFL-CE) para que faça uma ex-

planação aos senadores sobre as investigações e as descobertas da CPI do Narcotráfico, da qual é relator. "Foi a comissão que vi chegar mais longe aqui no Congresso", avaliou. Simon disse ainda que o presidente da República deveria assumir o comando do Núcleo Especial de Combate à Impunidade, que criou após reunião com integrantes da CPI.

O senador também criticou o programa de privatizações e alertou para o fato de que Fernando Henrique não será presidente para sempre. "Um dia, seja quem for, vamos ter aqui no Congresso Nacional uma CPI para investigar essas

privatizações e vai analisar não por que privatizou, mas como privatizou. A CPI vai analisar preços, a utilização de moedas podres, a participação de fundos de pensão, empréstimos do BNDES e estatais que foram criadas por lei e privatizadas através de portaria", afirmou.

Para Simon, a situação atual do país não oferece muitas perspectivas de futuro. "Qual é a perspectiva para os três últimos anos de mandato de Fernando Henrique? Ele tem que nos dar o direito de sonhar", disse o senador. Simon acredita que seria melhor o presidente da República procurar a companhia de sociólogos e deixar de lado os economistas.



Ademir criticou o que chamou de "ânsia privatista" do governo federal

Ademir sugere maior debate sobre a venda de Tucuruí

Após ter proposto três formatos diferentes para a privatização da hidrelétrica de Tucuruí, já é hora de o governo abrir a discussão e ouvir o que têm a dizer a comunidade científica e os representantes políticos da região, defendeu ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). "O governo tem que dividir responsabilidades", insistiu.

O senador relatou que, em audiência com o secretário-geral da Presidência da República, Aloísio Nunes Ferreira, uma comitiva de parlamentares e funcionários da Eletronorte "deparou-se com a arrogância do ministro, infenso a qualquer discussão que questionasse o programa do governo de privatização do setor elétrico".

Conforme o senador, o ministro iniciou a audiência dizendo que não gostaria de discutir privatização, mesmo porque "o governo foi eleito para isso, é isso que o povo espera do governo". Para Aloísio Nunes, os parlamentares é que deveriam abrir-se para ver as vantagens da privatização da hidrelétrica, o que, na opinião de Ademir, "evidencia que o ministro não tem conhecimento de causa".

Ademir Andrade disse que considera "essa ânsia privatista incoerente", tanto que Aloísio Nunes não teria respondido a questionamento sobre por que o governo bancará a construção da segunda etapa de Tucuruí, no valor de R\$ 1,2 bilhão, se pretende privatizá-la. As empresas de alumínio Albrás, Alunorte e Alcoa, responsáveis por 40% do consumo da energia gerada por Tucuruí, impõem um prejuízo anual de US\$ 200 milhões à Eletronorte, disse, mas recusaram-se a assumir a segunda etapa de Tucuruí.

Mauro Miranda lamenta falta de perspectiva para juventude

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem a necessidade de uma política voltada para os jovens e disse que cabe ao Estado patrocinar soluções criativas para as demandas de caráter social, econômico e educativo da juventude. O senador lamentou que a passagem do Dia Internacional da Juventude, no último dia 31 de outubro, tenha ocorrido sem um profundo debate sobre a situação do jovem no Brasil.

Mauro Miranda apresentou dados do IBGE mostrando que, dos 30 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, três milhões são analfabetos. Esses mesmos jovens perfazem metade dos desempregados no país. Segundo o senador, este "quadro geral de carências deve merecer a reflexão urgente dos governantes, da mídia e de toda a sociedade":

— É preciso restabelecer o sentimento salutar da esperança e desenvolver programas culturais e educativos que valorizem e estimulem o ímpeto criador e transformador, que é peculiar aos mais jovens — ressaltou.

ESTÍMULO AOS JOVENS

O senador recordou o fortalecimento dos princípios democráticos no país, mas lamentou que a mudança no campo político não tenha se estendido ao campo social. Comentou que a juventude de seu tempo se engajou em um projeto desenvolvimentista nacional, mas que os jovens de hoje estão desmotivados.

— Os problemas nacionais são



Mauro citou estatísticas apontando que maioria dos desempregados é analfabeta

passados aos jovens como se fossem espectadores, numa linguagem distanciada, ou num debate político que não os inclui. Eles sentem que a discussão dos partidos está muito mais voltada para interesses próprios, enquanto os problemas sociais, o desemprego e a violência aumentam — afirmou Mauro.

A partir de constatações do pensador Eric Hobsbawn sobre o declínio das instituições criadas pela sociedade industrial, o representante de Goiás sugeriu "a definição de políticas públicas de educação, esportes e cultura voltadas para os jovens e o estímulo à criação de programas alternativos nos meios de comunicação, em que o jovem não seja tratado apenas como mero consumidor, mas como agente ativo da sociedade".

Mauro também opinou que as escolas técnicas devem se adaptar aos novos modelos de formação profissional exigidos pela transformação dos mercados.

Maria do Carmo diz que 35 mil visitaram site contra a fome

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) anunciou ontem que o site da Internet criado pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (www.clickfome.com.br), organização fundada por Betinho, recebeu 35 mil visitas em menos de dez dias:

— Isso mostra o engajamento de instituições não-governamentais e da população em geral no esforço de combater a fome e erradicar a pobreza. O site encontra-se em fase de contratação de patrocinadores para que possa arrecadar recursos e aplicá-los nos programas da instituição.

Para a senadora, a resolução do problema não pode ser incumbência apenas do governo, mas de todos nós. "O Con-



Maria do Carmo: governo tem responsabilidade de combater desigualdades

gresso está propondo o Fundo de Erradicação da Pobreza, uma tentativa que demonstra o grande interesse social que existe entre deputados e senadores." Maria do Carmo apresentou dados indicando que a produção diária chega a três quilos de alimentos *per capita*. "Ainda assim existem quase 800 milhões de famintos no mundo", lamentou.

A senadora finalizou dizendo ser responsabilidade do governo combater as desigualdades e promover ações de saúde, educação, geração de empregos e produção de alimentos. "Mas é dever de toda a sociedade dar a mão aos excluídos, permitindo a sobrevivência de 16 milhões de brasileiros que dependem diretamente dessa ajuda."

Heloísa propõe que Gustavo Franco venha ao Senado



Heloísa também quer apuração de violência ocorrida em Maceió

nado explicar suas declarações. Para ela, tratam-se de afirmativas muito graves, que devem ser elucidadas.

Na mesma comunicação, a senadora pediu que o governo de Alagoas abra todos os inquéritos e sindicâncias necessários para apurar o responsável pelo espancamento pela PM de manifestantes e estudantes em Maceió, que integram "forças legítimas da sociedade", em conflito na quarta-feira.

A entrevista concedida a uma rede de televisão pelo ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, na qual diz que há grupos dentro dos poderes Executivo e Legislativo que conspiram contra os interesses do Brasil, deixou a senadora Heloísa Helena (PT-AL) "estarecida". Em comunicação inadiável ao plenário, a senadora lembrou que Franco, até há pouco tempo, "fazia parte dessa confraria que conspira contra os interesses da nação brasileira".

A senadora afirmou ser sua intenção pedir que Gustavo Franco venha ao Senado para explicar suas declarações.



Carlos Wilson assegurou que universidade estadual atende aos anseios da população

Wilson se diz apreensivo com possível venda da UPE

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) manifestou ontem sua apreensão com a intenção do governo pernambucano de transformar a Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) em organização social. “Essa tentativa nos soa profundamente desafinada, pois está a nossa UPE em perfeitas condições de funcionar bem”, afirmou ele.

— Por que vir essa onda agora de passar para a iniciativa privada uma instituição que está funcionando bem, que está respondendo com exemplaridade aos anseios que a ela dirige o povo de Pernambuco? Isso é incompreensível e inaceitável — disse o parlamentar.

Lembrando que foi exatamente quando governou o estado que a universidade passou por ampla reestruturação, Carlos Wilson sustentou que a instituição obteve excelente avaliação do Ministério da Educação, nada justificando sua privatização.

Conforme explicou, a UPE é uma instituição conceituada na região, seja pela formação de centenas de profissionais em seus 32 cursos de graduação e 56 de pós-graduação, seja pelas pesquisas que desenvolve e pelos importantes serviços que presta à comunidade.

Ele ressaltou também o papel da UPE em ações educacionais que levam à população do interior o acesso ao ensino superior, por intermédio de faculdades de formação de professores situadas em Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina.

Carlos Wilson também lastimou que muitos governadores se empenhem para se livrar de responsabilidades que são próprias do estado. Para o senador, os que assim agem “elegem como prioridade entregar ao capital privado um patrimônio que só ao povo pertence”.

Valadares convoca ministro para explicar uso da CPMF

Senador quer ouvir José Serra, da Saúde, sobre desvio de 20% dos recursos da contribuição para o Fundo de Estabilização Fiscal

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou ontem que vai apresentar requerimento convocando o ministro da Saúde, José Serra, a depor no Senado para esclarecer as razões que levaram seu ministério a “desviar” cerca de 20% dos recursos obtidos através da cobrança da CPMF para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Ele esclareceu que esses dados fazem parte do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou as contas do governo para 1998 “com ressalvas”, esclareceu.

De acordo com o senador, o relatório do TCU deixa claro que o governo não cumpriu a legislação. O parecer preparado pelo ministro José Bugarin, a quem Valadares pa-



Valadares afirmou que o desvio foi identificado pelo relatório do Tribunal de Contas da União

rabenizou pelo trabalho, indica que, segundo os dados contidos no Balanço Geral da União, a arrecada-

ção líquida da CPMF no exercício 1998 foi de R\$ 8,133 bilhões, sendo que apenas 80% desse total foram utilizados corretamente.

O senador argumentou que, ao ser aprovada pelo Senado a cobrança da CPMF, “era de se esperar que o governo federal cumprisse religiosamente o que estabelece o texto constitucional, e isso não aconteceu”.

Conforme Antonio Carlos Valadares, a irregularidade apontada pelo TCU envolve um desvio de cerca de R\$ 1 bilhão. O senador defendeu que esses recursos deveriam estar sendo usados para levar a assistência em saúde à população carente, que necessita de uma estrutura capaz de reduzir seus sofrimentos.



Francelino pretende reverenciar a memória de Milton Campos e Gustavo Capanema

Francelino quer homenagear ex-senadores de Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem que pretende requerer oportunamente que os expedientes de duas sessões sejam destinados à comemoração dos centenários dos ex-senadores Milton Campos e Gustavo Capanema, que ocorrerão no próximo ano:

— Campos e Capanema pertenceram a uma geração de políticos de Minas Gerais, exemplos maiores da vocação mineira de exercer a política, combinando o senso grave da ordem com o sentimento de liberdade; tanto o sentido da conciliação quanto o da hora da revolta — ressaltou.

De acordo com o senador, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934, Capanema se transformou “em um bem-sucedido criador de instituições através da reforma educacional, da abertura à arte moderna e da centralização administrativa nas questões da saúde”. Francelino também destacou “o alto nível da equipe” escolhida por Capanema:

— Na área da educação, destacavam-se nomes como Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima. Nas letras e artes plásticas, estavam Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade — enumerou.

Já Milton Campos, disse Francelino, foi um liberal democrata, volta-do sempre para o estado de direito. O senador lembrou episódio antes de sua posse, uma greve dos empregados da Rede Mineira de Viação, em protesto contra a falta de pagamento dos ferroviários:

— Em reunião para tratar do assunto, foi sugerido que se enviasse ao local um trem com soldados da Polícia Militar. Milton Campos retorquiu: “Não seria melhor mandar o trem pagador?” — relembrou.

Viana espera por mudança na política para a Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou ontem a certeza de que o seminário “Amazônia — Patrimônio ameaçado?” resultará numa mudança da política do governo federal em relação à região. O seminário é promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Viana anunciou para terça-feira, às 10h, a segunda etapa do seminário, com a presença dos ministros da Defesa, Elcio Alvares, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. E disse, ao comentar os debates já realizados, que “cada dia mais se reconhece que a chave do desenvolvimento



Viana manifestou confiança que seminário da CRE poderá apontar novos rumos para a região

do Brasil pode estar na biodiversidade, nos recursos hídricos e na biotecnologia da Amazônia”.

Para Tião Viana, a revitalização do

programa Calha Norte, que tem recursos previstos no Orçamento do ano 2000, é um indício de que o governo está acordando para a vulnerabilidade de nossas fronteiras:

— A Amazônia não pode continuar a ser tratada com descaso, diante da cobiça internacional e das ameaças do narcotráfico e do crime organizado — enfatizou.

Ele lembrou que o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, em exposição durante o seminário, estimou em US\$ 13,5 bilhões a evasão de recursos brasileiros para a Comunidade Européia, em função da biopirataria dos últimos anos:

— Esses dados assustam, pois sabemos serem os Estados Unidos o maior mercado receptor de nosso patrimônio genético contrabandeado — concluiu Tião Viana.

João Alberto teme crise pela falta d'água no mundo

O Congresso Nacional tem um papel fundamental no correto equacionamento do uso, disponibilidade e conservação da água doce no Brasil, afirmou o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), ao manifestar sua expectativa de que a criação da Agência Nacional de Águas produza soluções duradouras e competentes para o problema iminente da falta d'água.

O senador lembrou estudos demonstrando que, em comparação aos anos 70, a disponibilidade de água doce para cada habitante do

planeta diminuiu um terço. Segundo João Alberto, os recursos hídricos vão se tornar, nos próximos anos, nos mais importantes recursos estratégicos do mundo, semelhante ao que tem sido o petróleo.

A situação do Brasil, disse o senador, é das mais favoráveis possíveis, com um grande manancial hídrico, mas a devastação das nascentes e a poluição das águas já se faz sentir, ainda mais no Nordeste, área onde a falta d'água já é tradicional:

— Urge uma sólida tomada de consciência de toda a população para



João Alberto: devastação das nascentes e poluição são as principais ameaças

esse bem fundamental à humanidade. Hoje, com a crise de água apenas no começo, dos seis bilhões de seres humanos, apenas um bilhão e 600 milhões de pessoas têm acesso a água potável — alertou.

Freitas Neto lamenta má conservação de estradas

Ao divulgar resultado de pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Transportes, o senador registrou que 77,5% dos 42,8 mil quilômetros avaliados encontram-se em estado péssimo, ruim ou deficiente

Ao divulgar a 4ª Pesquisa Rodoviária realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), o senador Freitas Neto (PFL-PI) lamentou a considerável piora detectada na região Nordeste e registrou que, dos 42,8 mil quilômetros pesquisados em todo o país, 77,5% estão em estado péssimo, ruim ou deficiente – o equivalente a 33,3 mil quilômetros.

Segundo o parlamentar, a situação é pior nas regiões mais pobres do país, em especial a Nordeste. Freitas Neto ressaltou que, se a situação



Freitas Neto ressaltou que a situação é pior no Nordeste

melhorou no país como um todo – na última pesquisa, em 97, as estradas nessas circunstâncias chegavam

a 92,6% do total –, na região Nordeste ocorreu o inverso.

O senador citou em seu discurso frase do presidente da CNT, Clésio Andrade, para quem “o péssimo estado de conservação das rodovias do Nordeste prejudica seriamente o esforço dos governos dessa região, abrindo mão de arrecadação própria para criar condições à instalação de pólos industriais”.

– Isso significa que governos es-

taduais estão procedendo à renúncia fiscal com o objetivo de conseguir pólos de desenvolvimento na região, deixando, em consequência, de realizar obras e manter serviços necessários à população, apenas para ver todo esse esforço ameaçado pela falta de investimento em infra-estrutura. É mais do que um absurdo. É uma ignomínia – afirmou ontem Freitas Neto, da tribuna do plenário.

O senador ressaltou que os 10 piores trechos, dos 63 pesquisados, estão na região Nordeste. Afirmou

que o Piauí é “desatendido” por três dessas vias, que ligam Teresina (PI) a Barreiras (BA), Picos (PI) a Salgueiro (PE) e Lagoa Grande (PE) e Picos (PI) a Fortaleza (CE).

Freitas Neto destacou que a maioria dos 8,4 mil quilômetros em bom estado de conservação e dos 1,2 mil em ótimo estado está nas rodovias privatizadas, a maior parte delas nas regiões Sudeste e Sul. Essa melhor condição, porém, sobreveio à custa de pedágios cujas taxas são consideradas exageradas pela CNT, observou o senador.

Luzia propõe criação de escola agrotécnica no ES

O atraso de algumas regiões brasileiras encontra-se sensivelmente ligado ao baixo nível educacional, observou a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), ao propor o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Espírito Santo. De acordo



Luzia Toledo vê atraso ligado a baixo nível educacional

com a proposta, a escola manterá cursos de nível médio e profissionalizante e sua instalação subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dota-

ções necessárias.

Diante da indiscutível qualidade do ensino oferecido pelas escolas técnicas e agrotécnicas federais, a senadora entende que o estado necessita empreender esforços no sentido de multiplicar o número desses estabelecimentos de ensino, “principalmente nas regiões

menos desenvolvidas do país”. – Somente assim poderemos, num futuro não muito distante, observar a reversão de quadro tão desolador – afirma Luzia.

Cândido protesta contra assassinato de prefeita

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) protestou contra a morte da prefeita petista de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, assassinada a 30 de outubro. Lembrando o 30º aniversário da morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella, Cândido disse que ambos foram mártires assassinados por lutar pela “construção de um mundo novo”.



Geraldo Cândido considera Marighella um mártir

– São exemplos que devem inspirar as novas gerações, nesses tempos em que a principal tarefa daqueles que querem uma outra sociedade humana, sem fome, opressão e miséria é resistir ao

pensamento único neoliberal e organizar a maioria dos seres humanos, na direção de um novo projeto histórico – resumiu.

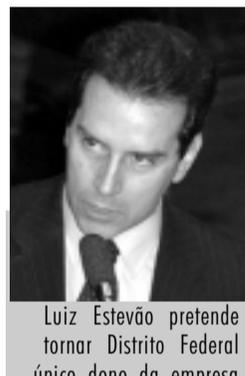
Após fazer um histórico da vida de Marighella, que teve sua morte reconhecida como execução pelo Estado brasileiro em 1996, o parlamentar

carioca destacou a luta contra o regime ditatorial, instalado no Brasil a partir de 1964, “para construir um Brasil livre, soberano e feliz”. O senador pelo Rio de Janeiro cobrou das autoridades federais maior empenho na investigação do assassinato.

Luiz Estevão quer transferência ao DF de ações da União na Novacap

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto que transfere para o governo do Distrito Federal (GDF) as ações pertencentes à União da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). O senador pretende, com a proposta, formalizar o que, na sua opinião, já ocorre na realidade: institucionalizar o GDF como proprietário único da companhia, criando um conselho de administração, que fará o trabalho administrativo e de fiscalização, nomeado pelo governador do Distrito Federal.

Na justificativa da matéria, Luiz



Luiz Estevão pretende tornar Distrito Federal único dono da empresa

Estevão alega que a empresa foi criada, em 1956, com o objetivo de construir a capital federal e, cumprida a missão, passou a administrar parques, jardins e o complexo imobiliário de Brasília. Posteriormente, explica ainda o parlamentar, verificou-se que seria mais conveniente, em ter-

mos administrativos, separar parques e jardins da massa imobiliária. Criou-se, assim, a Terracap, com a finalidade específica de administrar os imóveis do Distrito Federal, embora a Novacap tenha mantido sua personalidade jurídica como empresa pública regida

pela lei das Sociedades Anônimas.

O parlamentar afirma que institucionalizar o GDF como proprietário único da companhia “é apenas uma questão administrativa”, pois a participação do governo federal sempre se deu pela presença de membros nos conselhos administrativo ou fiscal, “não havendo qualquer participação econômica, tanto ativa quanto passivamente.”

– Hoje não se justifica mais nem a presença destes conselheiros nas organizações, pois a ingerência da União no Distrito Federal, em decorrência de mandamento constitucional, cinge-se tão somente às áreas de saúde, educação e segurança pública, estranhas às atribuições da Novacap – justificou.

Tuma homenageia centenário de clube

Ao registrar o primeiro centenário do Clube Esperia, fundado por imigrantes italianos às margens do rio Tietê, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a agremiação secular, além de ter um quadro de associados que congrega mais de 16 mil famílias e de sócios famosos na vida nacional, é uma escola de vida, que formou gerações de cidadãos exemplares.

– Uma sociedade desportiva e cultural que consiga alcançar cem anos de vida, em pleno vigor e mantendo em suas fileiras netos, bisnetos e trinets de seus fundadores e dos mais antigos sócios, merece ser reverenciada como autêntica instituição nacional – destacou o senador, assinalando que esteve pre-

sente nas primeiras festividades que marcaram as comemorações do centenário do Clube Esperia.

No evento, informou o senador, houve desfiles de atletas novos e veteranos, seguido de descerramento de placa de bronze em homenagem aos fundadores e entrega de distintivos de ouro a sócios com 50 anos ou mais de clube.

Ele lembrou que o Esperia, em 1937, recebeu o título de “A Mais Completa Agremiação Esportiva do Brasil” e foi o primeiro clube do estado de São Paulo a possuir uma



Romeu Tuma disse que Esperia é “escola de vida”

piscina de dimensões competitivas, com trampolins e plataformas de salto, além de outra, menor, destinada ao aprendizado.

O Esperia dispõe de biblioteca, museu, bares, restaurantes e salões, onde oferece festas, bailes, cursos, palestras, exposições, recreação infantil, gincanas e apresentações do coral esperiota, informou Tuma. Além disso, extensas áreas verdes marcam o visual do clube, rodeando “escolinhas” de diversas modalidades esportivas, recreativas e educacionais.